

Comando Militar dos Açores

Por Rosalina Carmona



Fortaleza de São João Baptista, ilha Terceira, Açores

Foto [wikipedia](#).

A documentação sobre o Comando Militar dos Açores a que acedemos, reporta-se a 1934. Contudo, sabemos que o Depósito de Presos de Angra – dirigido, à semelhança do de Peniche por um oficial militar, o capitão de Infantaria Manuel Spínola de Mendonça¹ - já antes desta data estava em funcionamento na Fortaleza de S. João Baptista em Angra do Heroísmo e recebia prisioneiros políticos civis.

Com efeito, um dos primeiros prisioneiros políticos que se encontra registado, como estando ali encarcerado em 1933, é Alfredo Caldeira. Trata-se do preso com o assento nº1 do primeiro livro, ou Livro Nº 1, do Registo Geral de Presos criado pela PVDE cuja data de início é 22-11-1933.²

¹ AHM, Tribunal Militar Especial de Lisboa, Comando Militar dos Açores – Depósito de Presos, Informação de 2 de junho de 1934, Pasta 21, Arq.283

² Registo Geral de Presos 1932-1974, PT/TT/PIDE/E/010

Alfredo Caldeira era pintor-decorador de profissão, dirigente do Partido Comunista Português e membro da Organização Revolucionária Armada, tendo 25 anos à data em que foi encarcerado³.

Diz a ficha política da PVDE sobre Alfredo Caldeira que se encontrava «em Angra do Heroísmo desde 22-11-33⁴ e, pode ainda ler-se na sua biografia prisional, que foi julgado em 28-06-1934 sendo condenado a 690 dias de prisão correcional, com perda dos direitos políticos por 5 anos. Em 08-12-1935, ainda segundo a sua biografia prisional elaborada pela polícia política, foi mandado regressar dos Açores, com ordem de se apresentar na Diretoria da PVDE em Lisboa. Daqui foi enviado para a 1ª Esquadra da PSP na capital, de onde deveria ter sido restituído à liberdade em 10/11/1935.

«Restituído á liberdade em 10-XI-35. Preso na mesma data pela S.P.S.⁵, recolhendo á 1ª Esquadra.»⁶

Esta informação da polícia é falsa, visto que Alfredo Caldeira na realidade nunca seria libertado, tendo continuado preso e sendo transferido para a Fortaleza Militar de Peniche em 07-01-1936.

Voltando à sua biografia prisional, verifica-se que voltaria a ser transferido de Peniche para a Cadeia do Aljube, em Lisboa, a 21-04-1936 de onde, dois dias depois, baixou à enfermaria provisória daquela prisão. Em 10-06-1936 requereu amnistia, vendo recusado o seu pedido. Do Aljube «embarcou para Cabo Verde em 17-10-1936»⁷ a bordo do navio Luanda, integrado no primeiro grupo de 151 prisioneiros políticos condenados ao desterro no Tarrafal⁸.

Este seria o primeiro de muitos contingentes de desterrados políticos, enviados por Salazar para a então denominada “Colónia Penal de Cabo Verde” no Tarrafal, ilha de Santiago no arquipélago de Cabo Verde.

³ Cf. <http://www.avante.pt/pt/1829/pcp/27118/> consultado em 16-06-2020

⁴ PT/TT/PIDE/E/010/1/1

⁵ A PVDE tinha duas secções, a Secção Política e Social (SPS) e a Secção Internacional, vd. “PIDE” <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4279956>

⁶ PT/TT/PIDE/E/010/1/1

⁷ PT/TT/PIDE/E/010/1/1

⁸ Algumas fontes bibliográficas apresentam disparidade quanto ao número de prisioneiros que chegaram ao Tarrafal, referindo alguns que terão sido 152 e outros 151. No presente trabalho seguimos a edição “Tarrafal – Testemunhos”, editorial Caminho, Lisboa, 1ª edição, 1978. Esta fonte, que conta com o testemunho de 24 sobreviventes do Campo de Concentração do Tarrafal, aponta como certo que tenham chegado 151 prisioneiros no dia 29 de outubro de 1936, colocando dúvidas sobre a data de entrada e saída do preso Manuel Pereira dos Santos que poderá ter chegado em 1937.

Chegados ao Tarrafal a 29 de outubro de 1936, muitos daqueles homens nunca voltariam de lá, como foi o caso de Alfredo Caldeira. Viria a falecer cerca de dois anos depois.

«Faleceu em 1-XII-38 na Colónia Penal do Tarrafal, Cabo Verde (O.S. 338)».⁹

Foi a décima vítima mortal, entre os trinta e seis presos políticos condenados pelo regime fascista ao extermínio no *Campo da morte lenta*.¹⁰



Alfredo Caldeira

Foto Arquivo Nacional/Torre do Tombo

Com Alfredo Caldeira encontravam-se, na Fortaleza de S. João Baptista de Angra, igualmente na mesma data de 22-11-1933, mais 43 presos políticos não militares¹¹, pelo que fica demonstrado que, sob o Comando Militar dos Açores, o Depósito de Presos de Angra do Heroísmo já estava em funcionamento desde o final de 1933 com presos civis.

⁹ PT/TT/PIDE/E/010/1/1

¹⁰ Tal como em relação ao número exato de prisioneiros que chegaram ao Tarrafal em 1936 também, ainda hoje, não é consensual quantos presos terão morrido naquele Campo de Concentração vítimas de maus tratos, doenças, sofrimento físico e moral, infligido pelo regime fascista. Há fontes que referem 32 falecimentos, e estes serão todos os portugueses que ali morreram e foram trasladados para Portugal em 18-02-1978, vd. "Tarrafal Testemunhos", ed. Caminho, 1978, pág. 315. Neste número, contudo, não estarão refletidos os 4 falecimentos de resistentes anticolonialistas africanos, 2 angolanos e 2 guineenses, cf. <https://www.buala.org/pt/a-ler/do-tarrafal-ve-se-o-imperio-portugues-44-anos-depois-do-25-de-abril> consultado em 22-06-2020. Outras fontes referem ter contado 33 campas no Cemitério do Tarrafal, entre as quais a de um "rachado". Esta fonte refere ainda um número diferente de mortos africanos: 2 angolanos e 1 guineense. Cf. <https://expresso.pt/actualidade/tarrafal-verdades-e-mentiras-do-campo-de-trabalho-de-chao-bom=f599690> consultado em 22-06-20. Torna-se, assim, evidente a necessidade de continuar a aprofundar a investigação para apurar com rigor e verdade, quantos foram os seres humanos que faleceram naquele campo de concentração português.

¹¹ Como se pode conferir pelo Livro Nº 1 do Registo Geral de Presos com os assentos números 1 a 11; 53; 58 a 60; 62 e 63; 73 a 84; 86 a 92; 133; 137 a 139; 163; 165 e 166. PT/TT/PIDE/E/010

Tal como Peniche, a partir do início da década de 1930, a Fortaleza de S. João Batista vai ser o destino prisional de inúmeros militares castigados com residência fixa obrigatória ou em regime prisional por motivos políticos, que para ali são desterrados.¹²



«O paquete Cuanza, que conduziu os deportados políticos a Angra do Heroísmo»
Foto do jornal “Século” datada de 19-11-1933, Torre do Tombo¹³

Além dos militares envolvidos nas conspirações contra a Ditadura Militar, o Depósito de Presos de Angra, sob o Comando Militar dos Açores, vai servir de cadeia a grande parte dos deportados e presos políticos das tentativas insurrecionais de 18 de janeiro de 1934 e da Revolta dos Marinheiros, em 8 de setembro de 1936. Ali vão cumprir duras penas, pelas condições extremas da própria Fortaleza e pela grande concentração de presos já lá existentes.

¹² É o caso, entre outros exemplos, do Sargento-ajudante reformado Trafano Ambrósio da Silva deportado a 5 de maio de 1934, em regime de reclusão, para a Fortaleza de S. João Batista em Angra do Heroísmo. Cf. AHM, FO/011/1/3, Governo Militar de Lisboa, Correspondência sobre processos políticos

¹³ Vd. PT-TT-EPJS-SF-001-001-0027-1368H



Bilhete-postal enviado do Depósito de Presos de Angra em 2-10-1934
União de Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP)

Em janeiro de 1935 o jornal Avante!, órgão oficial do Partido Comunista Português na clandestinidade, dava conta das condições desumanas em que eram mantidos os encarcerados do Depósito de Presos de Angra e caracterizava as tristemente célebres celas de castigo, o «calijão» e a «poterna». Publicava ainda uma lista com nomes de alguns presos deportados na Fortaleza de S. João Baptista.

«Camaradas

Estamos incomunicáveis há um ano; fomos submetidos, desde o início, aos maiores vexames e insultos. Não há higiene e a alimentação é intragável; toda a correspondência é violada e, a propósito de tudo e de nada chovem as ameaças. Temos lutado por um melhor regime. Aglutinamos à nossa volta presos de todas as tendências e, alguma coisa conseguimos.

Depois da chegada do Tribunal Militar Especial, a nossa situação piorou novamente. Os passeios de 2 horas por semana, que havíamos conquistado, foram-nos retirados. Somos tratados como se fossemos os piores bandidos, - aos empurrões, a soco, à coronhada, à sabrada e por entre os mais revoltantes insultos e provocações.

O tenente Adelino Soares, antigo chefe da polícia de informações em Coimbra, é quem tudo manda. Obedecem-lhe o Comandante do Depósito de Presos – Capitão Spínola de Mendonça -, os tenentes Raposo Pacheco e Pavão e o sargento Mota, sempre prontos a exercer as maiores violências contra nós.

Quando chegaram os últimos 60 camaradas, nós saudámo-los das janelas das camaratas. Tanto bastou para que os tenentes Soares e Raposo ordenassem a um cabo da Guarda que os agredissem. Romperam protestos de todas as bandas. Os dois tenentes subiram às camaratas e levaram três camaradas para o «calijão».

Este é uma prisão pétrea, de cujas paredes escorre continuamente água, em qualquer estação do ano. Esta violência originou novos protestos doutra camarata, donde os carrascos levaram mais três camaradas, dentre os quais um doente, para a «poterna», segredo que deixa a perder de vista o do Aljube e os muitos outros das prisões do continente; foi preparado, de propósito, para nós, tendo-se-lhe entaipado a porta de saída para os fossos. É um «redondo» semelhante aos que existem em S. Julião, pequeníssimos, escavado em rocha viva, com 6 metros de profundidade, onde escorre constantemente água... Nêste tumulto lúgubre, onde querem liquidar os camaradas que protestam contra as violências de que somos vítimas, não se sabe quando é dia nem quando é noite. Um companheiro que ali esteve saiu passados dias, com um ataque de reumatismo.

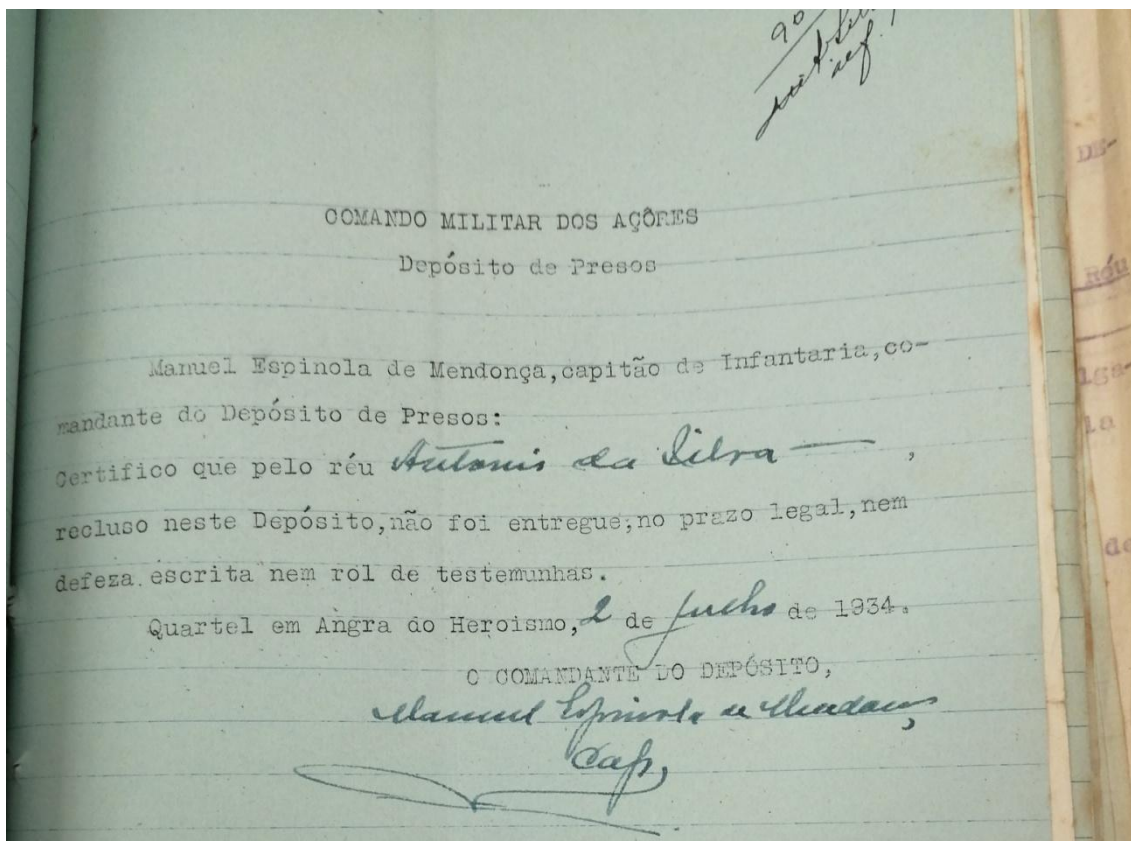
Eis os nomes de alguns camaradas que teem passado pela «poterna» e pelo «calijão»:

José Libório, funcionário público republicano; Arnaldo Simões, barbeiro, anarquista; Joaquim de Matos comunista; Jorge da Silva; Joaquim Pais; José de Almeida, anarquista; José Ventura, pedreiro; Manuel Rodrigues, vidreiro, comunista, este, antes de ser metido no «calijão» foi barbaramente agredido pelo tenente Adelino; Govino Rodrigues; Eduardo Monteiro, médico veterinário, comunista; Ernesto dos Santos, empregado de escritório, comunista; Mário Rodrigues Pio, caldeireiro, comunista; Carlos Ferreira, carpinteiro; Francisco de Campos, pintor, comunista; Alfredo Caldeira, pintor, comunista; Fernando Quirino metalúrgico, comunista; Manuel Alpedrinha, estudante, comunista; e muitos outros. Daqui de onde nos encontramos lançamos um apelo aos operários e a todos os anti-fascistas para lutarem pela amnistia de todos os presos políticos e sociais.

Denunciem por toda a parte o régimen bárbaro a que estamos sujeitos. Façam a maior agitação possível para nos arrancarem desta masmorra. Tereis, assim, mais umas centenas de

camaradas a vosso lado, para derrubarmos juntos a ditadura e, com ela, o capitalismo que nos asfixia.

Saudações»¹⁴



Comando Militar dos Açores – Arquivo Histórico Militar

Ainda no mesmo ano, em agosto de 1935, a situação dos presos em Angra volta a ser notícia na imprensa comunista, através de uma missiva recebida a partir da Fortaleza de S. João Batista e publicada no jornal clandestino “O Proletário”, que denuncia as condições daquela prisão insular.¹⁵

«No último barco acabam de chegar mais 21 camaradas, o que vem tornar a nossa situação pior, em consequência da aglomeração de presos nas casernas. O rancho que nos é fornecido é cada vez pior e cada vez, também “em menos quantidade”. “Os camaradas de mais alimento passam fome!” A ‘higiene’ nas casernas é horrível. As doenças são constantes e os camaradas

¹⁴ “Os deportados dos Açores estão submetidos a um regime bárbaro”, Avante! Nº. 4, II Série, janeiro de 1935, pg.2. Gabinete de Estudos Sociais – Partido Comunista Português (GES-PCP)

¹⁵ “O Proletário”, agosto de 1935, Série ilegal, Ano II, nº 16. PT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-14234-4, fl.2

mais atacados pela tuberculose, vão pouco a pouco contaminando os mais resistentes. A assistência médica é um escarneo. Chega-se a esperar um mez e mais pela comparência do médico, que por sinal é um patife. Os camaradas com quem os carcereiros não ‘simpatisam’, isto é aqueles “estão condenados à morte” nem sequer os levam à presença do médico. É uma situação horrível! Os castigos abrandaram e a provocação também, em consequência dos nossos e dos vossos protestos mas a rigorosidade é a mesma. Nem sequer nos deixam dizer adeus uns aos outros, quando nos avistamos. Ultimamente têm levado a rigor proibir que alguém se conserve à janela, quando passam os presos doutra sala, para a limpeza. É um verdadeiro regimem de silêncio e de isolamento.»¹⁶

A partir da abertura da prisão no Tarrafal, a prisão-Fortaleza de S. João Batista de Angra do Heroísmo torna-se ponto de passagem para os que seguem para o desterro, ou para a morte, na “Colónia Penal de Cabo Verde”.

Museu Nacional Resistência e Liberdade

02-10-2020

¹⁶ “O Proletário”, agosto, 1935, Série ilegal, Ano II, nº 16. PT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-14234-4, fl.2